

BROSETA

PERGUNTA



GONÇALO MOURA MARTINS

CEO do Grupo Mota-Engil



BROSETA

BROSETA - PORTUGAL,
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

É sabido que o setor da Engenharia e Construção, fundamental para a economia nacional, tem-se revelado dos menos afetados pela atual pandemia de Covid-19. Depois de um ano de 2021 em que se registou alguma recuperação do setor, que perspectivas tem para os próximos anos, designadamente ao nível das Obras Públicas?

O setor de engenharia e construção foi de uma resiliência notável, assegurado por milhares de mulheres e homens que diariamente mantiveram a atividade em contínuo, permitindo assegurar contratualmente as responsabilidades que as empresas tinham com os seus clientes, contribuindo de forma decisiva para a manutenção de emprego e uma menor queda da atividade económica do País pelo movimento impulsor da cadeia que este setor sempre provoca na atividade económica.

No caso da Mota-Engil não foi diferente e demos seguimento aos desafios que temos entre mãos em Portugal, sendo alguns dos projetos de Obras Públicas que temos em curso verdadeiramente estruturantes para a modernização da economia nacional e para o cumprimento de responsabilidades com a União Europeia, em áreas como a ferrovia, a expansão do metro de Lisboa ou a construção de novas redes de águas, projetos que serão determinantes para fazer de Portugal um país mais ambientalmente responsável e competitivo à escala global.

No caso da expectativa que o setor tem para os próximos anos, diria que, com o conhecimento público dos compromissos que Portugal tem com Bruxelas e refletidos nos acordos plurianuais de investimento, o *pipeline* de projetos que está identificado no País para recuperar do atraso estrutural para com outras economias, e associado à oportunidade extraordinária de que se reveste o Plano de Recuperação e Resiliência, a oportunidade não pode ser desperdiçada, sob pena de adiarmos o futuro do País e das próximas gerações, pelo que a expectativa é elevada pela necessária dinamização de investimento público reprodutivo para a economia nacional e para o qual o setor das infraestruturas será peça fundamental para a concretização dos desígnios que o País se propõe concretizar.

Assim, para estarmos conectados de uma forma que seja atrativa para o investimento internacional, com infraestruturas promotoras de soluções energeticamente eficientes e alinhadas com a economia circular, e com níveis superiores de digitalização da sociedade, estamos conscientes do contributo que as empresas do setor terão de dar, sendo o momento da Engenharia nacional, tão reconhecida no exterior, de estar na linha da frente neste desígnio que tem de permitir formar novas gerações, deixando lastro de conhecimento e de capacidade nas empresas portuguesas sob pena de, se assim não for, termos desperdiçado uma oportunidade de retenção de talento nacional e de termos empresas mais capazes para reforçar a sua capacidade de geração de valor acrescentado no futuro para a economia nacional.

Se existir esta capacidade de mobilização interna, estou convicto de que conseguiremos cumprir os objetivos a que nos propusemos nos próximos anos para Portugal e com um setor que se pretende mais forte para abraçar novos desafios.

Ao longo da atual pandemia, este setor tem sido especialmente afetado por uma séria crise de mão de obra: quais as respostas e soluções que têm de ser encontradas para enfrentar esta questão deficitária em particular?

Qualquer setor de atividade necessita de ter planeamento a longo prazo e recorrência na promoção de investimento que permita manter atividade, e por essa via formar e reter talento.



No caso do setor da construção e obras públicas em Portugal, passámos um período de queda contínua dos níveis de investimento ao longo dos últimos vinte anos que provocou a necessidade nos trabalhadores do setor de emigrar ou mudar de rumo profissional, não sendo fácil de alterar posteriormente numa fase de retoma como a que começamos agora a presenciar.

Assim, diria que no curto prazo deveremos agilizar os mecanismos de licenciamento de cidadãos estrangeiros que pretendam trabalhar em Portugal, os quais poderão ser muito importantes para capacitar as empresas de mão de obra para assegurar os importantes projetos que o País terá em mãos nos próximos anos. Será neste caso a procura e a oferta a funcionar, à qual o Estado e as suas instituições públicas terão de ser instrumentos promotores de agilização das condições para assegurar que o País terá capacidade para dar resposta a este desafio, a par de outras iniciativas (algumas em curso) de incentivar cidadãos nacionais ao regresso ao País com benefícios de forma a estimular o regresso de cidadãos nacionais que tiveram de partir em procura de emprego no estrangeiro.

No entanto, e olhando na perspetiva da criação de soluções para agarrar as oportunidades, importará assegurar planos de investimento público de médio e longo prazo que sejam conhecidos de todos, de modo a assegurar o que é o mais importante para as empresas que é a previsibilidade do mercado de modo a melhor responder aos desafios do futuro, e para tal, acredito que a conjugação das verbas disponibilizadas pelo PRR, o Portugal 2030, a par do que ainda falta executar do PT 2020, asseguram a capacidade ao Estado e seus governantes de definir um cenário alargado no tempo de investimento com agendas mobilizadoras para as empresas nacionais que dessa forma terão capacidade de competir e apoiar o seu País a atingir os seus objetivos de desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta o atual cenário de subida acentuada dos preços dos combustíveis, com impacto direto na escassez de matérias-primas e no aumento dos respetivos preços, quais os grandes desafios que o setor vai enfrentar no futuro imediato?

Perante a grande dúvida que se coloca atualmente, num cenário de incerteza geopolítica que influencia de forma marcante a Europa, e nomeadamente nos preços da energia, diria que os maiores desafios que impactam na atividade económica resultantes do aumento dos custos dos fatores de produção ou eventuais quebras das cadeias de abastecimento que estão em adaptação depois dos picos resultantes do contexto de pandemia que atravessámos, terão de ser resolvidos numa base de contratualização justa e adequada entre as empresas e os seus clientes.

No setor das infraestruturas, e nomeadamente nas empresas de maior dimensão que tradicionalmente executam os contratos de maior complexidade técnica e com incorporação de investimento mais elevado, e por essa via, mais suscetíveis às variações de custos de matérias-primas ao longo dos contratos de média e longa duração, será importante a capacidade de criação de instrumentos contratuais de reposição financeira que salvaguardem todas as partes relacionadas como elemento-base de criação de segurança à execução dos contratos e como instrumento mobilizador da confiança necessária ao investimento.

